

Documentação

Fonte: fsp (cotidianos)

Data: 9/12/2001 Pg. C9

Class.: 820

AMBIENTE Cidade do litoral norte de SP tem 1.500 moradias em áreas de risco e de preservação; 42 imóveis já foram derrubados

São Sebastião deve demolir 450 casas a partir de 2002

MARCELO CLARET
FREE-LANCE PARA A FOLHA VALE

Levantamento realizado pela Defesa Civil de São Sebastião revelou que pelo menos 1.500 casas foram construídas em áreas de risco ou de preservação ambiental no município, onde moram hoje cerca de 4.000 pessoas.

Desse total, cerca de 450 imóveis deverão ser demolidos pela prefeitura a partir de 2002. Além disso, outras 60 casas de alto padrão, localizadas em área de preservação ambiental, ainda aguardam determinação judicial para serem demolidas. As ações, que ainda tramitam na Justiça, foram encaminhadas pela prefeitura.

A estimativa é que as construções em áreas de preservação ambiental tenham mais de 25 anos.

Até anteontem, 42 imóveis, entre casas e barracos, já haviam sido demolidos pela Secretaria de Obras e Meio Ambiente, em parceria com a Defesa Civil. A maioria das casas estava em obras.

O último imóvel demolido, uma pousada de cerca de 500 m², estava avaliada em R\$ 250 mil. O prédio foi derrubado na semana passada por ter sido erguido em uma área de preservação ambiental, no bairro Camburi, considerado um dos mais nobres da cidade.

Dentro do Parque Estadual da Serra do Mar, que é protegido pela legislação ambiental, também existem cerca de 60 casas construídas irregularmente.

O prefeito de São Sebastião, Paulo Julião (PSDB), disse que os imóveis devem começar a ser demolidos no final do ano que vem, quando a prefeitura deverá iniciar a construção de casas populares.

“Não temos a intenção de sair derrubando casas e deixar as pessoas na rua, mas não podemos deixar isso (as ocupações irregulares) correr solto. Então, vamos evitar a qualquer custo o aparecimento de novas ocupações.”

Segundo o prefeito, estão sendo demolidas este ano somente as casas ainda em construção ou que a demolição tenha sido determinada pela Justiça.

Julião disse que apenas 450 de-

vem ser demolidos porque a prefeitura não tem recursos para construir conjuntos habitacionais suficientes a todos. “Para os outros 1.050 imóveis vamos verificar formas de regularizá-los.”

As principais irregularidades são referentes à instalação em áreas de preservação permanente, ao tamanho dos terrenos e aos tipos de construções.

Moradores

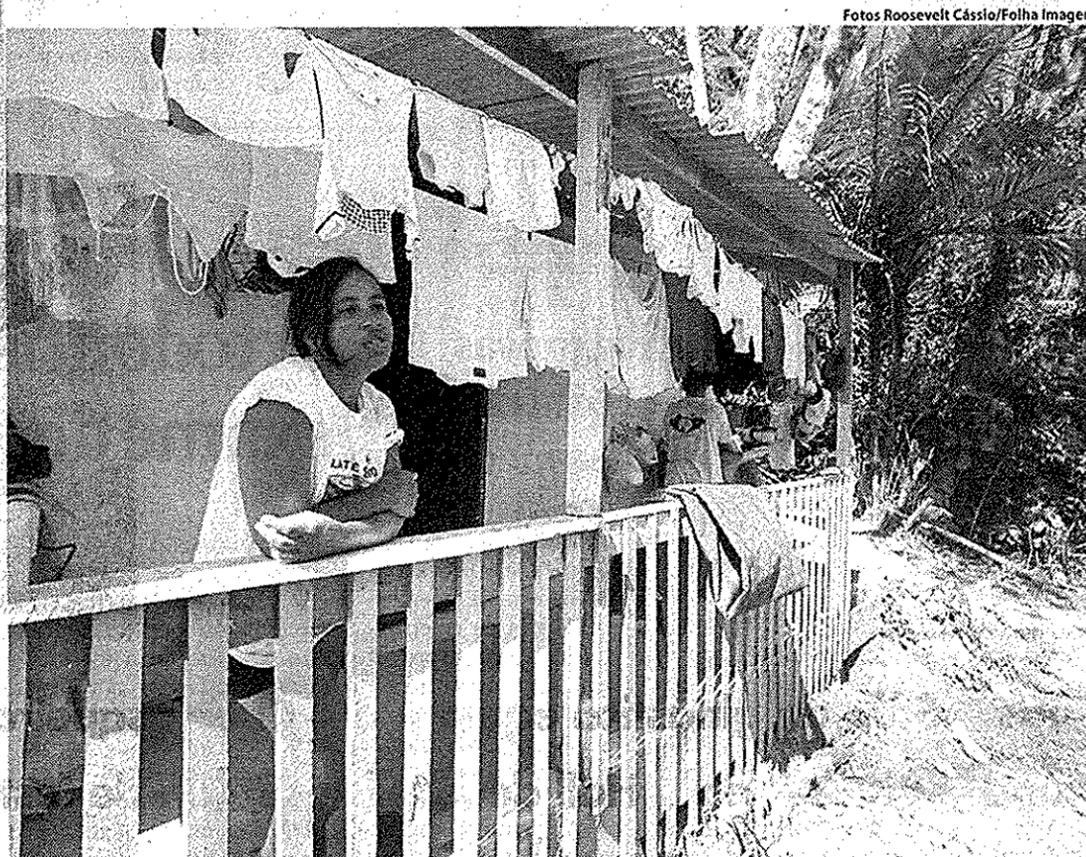
Segundo a prefeitura, 90% das famílias que ocupam as áreas de preservação ambiental são formadas por migrantes, pessoas que teriam vindo de Minas Gerais e do Nordeste à procura de emprego. Alguns trabalhadores, que são da construção civil na grande maioria, chegaram à cidade em ônibus, aliciados por pessoas interessadas em mão-de-obra barata. Após o término do trabalho e sem recursos para voltar à cidade de origem, os trabalhadores fixaram moradia na cidade.

O levantamento das construções irregulares começou a ser feito em março deste ano. No total, 11 fiscais participaram do mapeamento das áreas invadidas.

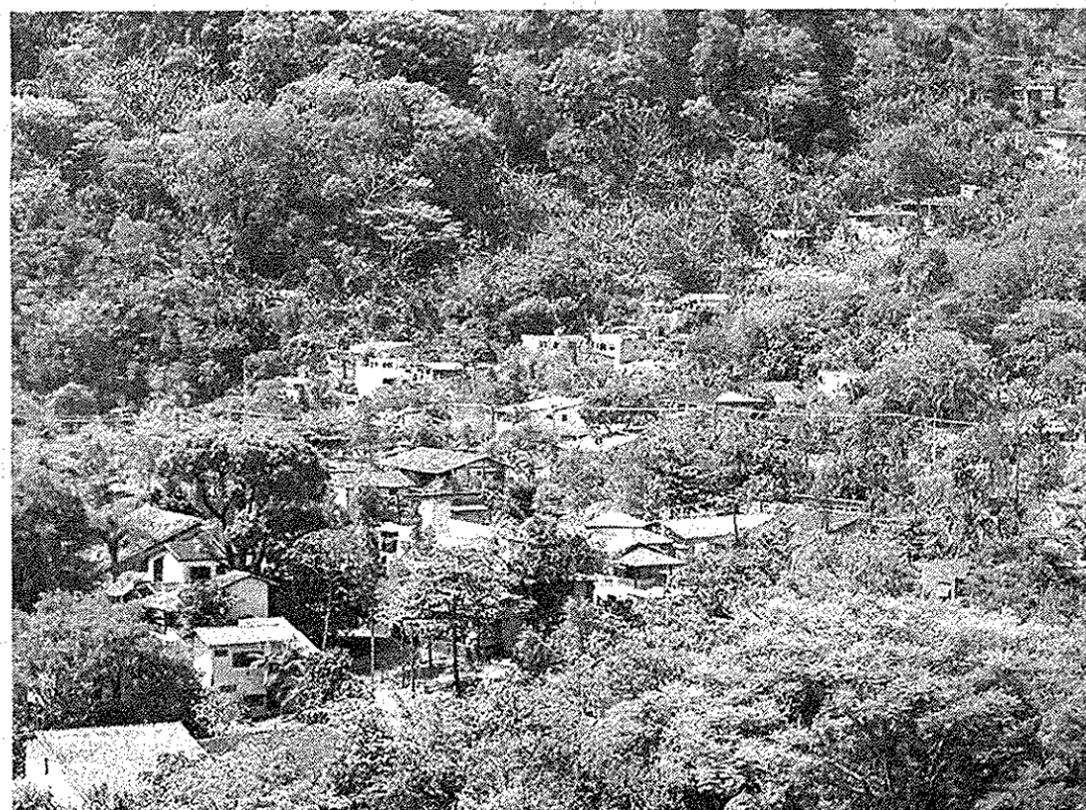
Os fiscais sobrevoaram o município por cinco meses com um helicóptero alugado pela prefeitura. Todo o trabalho, que contou com a participação de fiscais da Defesa Civil e da Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente, foi fotografado e filmado.

A dona-de-casa Ednéia Ferreira de Souza, 31, que mora em área de preservação ambiental no bairro de Maresias, disse estar ciente de que poderá ver o seu barraco sendo demolido. “Quando vim morar aqui sabia que a área não podia receber construções, mas eu não tinha outra opção. O tempo foi passado e acabei ficando”, diz.

Ednéia, que veio de Jales (SP), divide os dois cômodos do barraco de madeira com o marido e o filho de cinco meses. Segundo ela, foram gastos R\$ 1.500 na construção. “Meu marido ganha R\$ 330 e um aluguel de dois cômodos na cidade deve custar no mínimo R\$ 150. Se meu barraco for demolido, não sei para onde vou.”



Ednéia Ferreira de Souza, 31, moradora de área de preservação ambiental no bairro de Maresias



Área invadida por moradias irregulares na praia de Toque-Toque Pequeno, em São Sebastião

Mangue sofre invasão na praia de Enseada

FREE-LANCE PARA A FOLHA VALE

Cerca de 15 famílias ocupam a orla da praia da Enseada, em São Sebastião, há pelo menos 12 anos. As construções ficam a menos de dez metros do mar.

A área, que faz divisa com Caraguatatuba, além de ser de preservação ambiental permanente, oferece riscos. Em agosto deste ano, uma ressaca no local deixou quatro famílias desabrigadas.

Os moradores do bairro Canto do Mar, nome dado pela proximidade dos imóveis à água da praia, construíram suas casas dentro do mangue.

A dona-de-casa Joana Máximo, 37, mora no Canto do Mar há pouco mais de dez anos. Ela divide os três cômodos da casa, que somam cerca de 20 m², com o marido, oito filhos e um neto.

Joana foi a São Sebastião à procura de emprego. Ela saiu de São José dos Campos com o marido e comprou o terreno no local por cerca de R\$ 4.000.

Joana afirmou que não seria justo a prefeitura tirar os moradores do local porque todos eles compraram o terreno. “Agora, se o prefeito der um outro local para morarmos, não vejo problemas em sair daqui.”

O catador de ferro velho Oswaldo Alves Feitosa, 52, mora com a mulher e dois filhos no local há cinco anos. Ele não concorda com a possível demolição das casas.

“O prefeito tem que dar moradia e não tirar o pessoal das casas. Se minha casa for demolida, não terei para onde ir”, disse Feitosa.

Fotos Roosevelt Cássio/Folha Imagem